RELATÓRIO DE PESQUISA

PERFIL DOS GASTOS EDUCACIONAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Ano base: 2009

BRASÍLIA, FEVEREIRO DE 2012

Realização:

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Parceria institucional:

Itaú Fundação Itaú Social

unicef

FICHA TÉCNICA

COORDENADOR TÉCNICO
Raimundo Luiz Silva Araújo

ESTATÍSTICO RESPONSÁVEL
Ronaldo Câmara de Araújo

COORDENADORA ADMINISTRATIVA
Luciane Guimarães de Oliveira Braga

CODIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA NA WEB
Manoel Filho

EQUIPE DE AUXILIARES
Cristina Rocha de Oliveira
Érica Vicente da Silva
Fernanda Rezende Rodrigues Catarina
Gustavo Lopes Calil
Ismael Goulart de Souza Andrade
João Victor de Sena Aragão
Leonardo Lima Esteves

REVISÃO TÉCNICA
Carlos Eduardo Sanches
Flávio Romero Guimarães
Vilmar Klemann
Vivian Ka. Fuhr Melcop

REPRODUÇÃO GRÁFICA
Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/ SP
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/ SP

Diretoria Executiva da Undime – gestão 2009/2011
Presidente: Carlos Eduardo Sanches, Dirigente Municipal de Educação (DME) de Castro/ PR
Vice-presidenta: Antônia Alves de Sousa Araujo, DME de Coivaras/ PI
Secretaria de Finanças: Flávio Romero Guimarães, DME de Campina Grande/ PB
Secretário de Coordenação Técnica: Moacir Fecury Ferreira da Silva, DME de Rio Branco/ AC
Secretária Jurídica: Maria Cecília Amendola da Motta, DME de Campo Grande/ MS
Secretário de Articulação: Arnaldo Gonçalves da Silva de Queirós Mattoso, DME de Quissamã/ RJ
Secretária de Comunicação: Célia Maria Vilela Tavares, DME de Cariacica/ ES
Presidente Região Sul: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, DME de Florianópolis/ SC
Presidenta Região Sudeste: Cleuza Rodrigues Repulho, DME de São Bernardo do Campo/ SP
Presidenta da Região Centro Oeste: Solimara Ligia Moura, DME de Lucas do Rio Verde/ MT
Presidenta Região Nordeste: Leocádia Maria da Hora Neta, DME de Olinda/ PE
Presidenta Região Norte: Sandra Helena A. Lima, DME de Mojú/ PA

Diretoria Executiva da Undime – gestão 2011/ 2013
Presidenta: Cleuza Rodrigues Repulho, DME de São Bernardo do Campo/ SP
Vice-presidenta: Maria Cecília Amendola da Motta, DME de Campo Grande/ MS
Secretária de Finanças: Antônia Alves de Sousa Araujo, DME de Coivaras/ PI
Secretário de Coordenação Técnica: Jeconias Ferreira dos Santos, DME de Presidente Figueiredo/ AM
Secretário de Assuntos Jurídicos: Tércio da Silva Corrêa, DME de Santana/ AP
Secretária de Articulação: Edna Gonçalves Amorim, DME de Cláudio/ MG
Secretária de Comunicação: Márcia Adriana de Carvalho, DME de São Francisco de Paula/ RS
Presidente Região Sul: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, DME de Florianópolis/ SC
Presidenta Região Sudeste: Célia Maria Vilela Tavares, DME de Cariacica/ ES
Presidenta Região Centro-Oeste: Neyde Aparecida da Silva, DME de Goiânia/ GO
Presidente Região Nordeste: Luiz Valter de Lima, DME de Camaçari/ BA
Presidenta Região Norte: Odaléa Barbosa de Sousa Sarmento, DME de Colinas do Tocantins/ TO

Secretaria Executiva da Undime 2012

Secretária Executiva: Vivian Ka. Fuhr Melcop
Coordenadora Administrativo-financeira: Fátima Soares
Equipe Administrativa: Cilene Portela, Vilmar Klemann, Gilmara Barros, Ismênia Vianez
Coordenador de comunicação: Cristiano Oliveira
Equipe de Comunicação: Nana Cunha, Joana Saraiva, Manoel Filho, Renata Dias, Vanelle Oliveira, Vinícius Evangelista
Equipe de Logística: José Nilson de Mello e José Maria de Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 5
INTRODUÇÃO 6
CAPÍTULO I ESTABELECIMENTO DE PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE 7
CAPÍTULO II CONCEITOS SOBRE CUSTOS EDUCACIONAIS..... 10
CAPÍTULO III NUMEROS DA PESQUISA, PERFIL DA AMOSTRA E DIFICULDADES..... 14
CAPÍTULO IV APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA..... 18
CAPÍTULO V CONCLUSÃO E SUGESTÕES 29
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA..... 32
ANEXO 1 – Lista dos Municípios da amostra..... 33
ANEXO 2 – Amostra inicial e final da pesquisa..... 40
Anexo 3 – Estimativa por Região..... 41
ANEXO 4 – Texto de apresentação da pesquisa..... 43
ANEXO 5 – Instrumento de pesquisa 46

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é o resultado de um esforço conjunto da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Fundação Itaú Social para apurar e sistematizar o perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiros. A intenção é evidenciar esses gastos e, tornando-os públicos, contribuir para um futuro melhoramento na destinação de tais recursos. A pesquisa proporciona a identificação do custo real da Educação Básica em nosso país.

O trabalho em conjunto da Undime, do Unicef e da Fundação Itaú Social representou uma parceria no pleno sentido da palavra. As três instituições somaram-se em busca do objetivo apresentado nesta pesquisa, que nasceu do desejo de mostrar a realidade no emprego das verbas educacionais no setor e apontar soluções para possíveis problemas encontrados.

É uma materialização de um árduo processo de investigação dos gastos dos municípios em educação. Para futuros trabalhos semelhantes, a preservação do conjunto dos parceiros e, até mesmo, a ampliação deste, é essencial.

A par dos reais custos da Educação Básica no Brasil, será possível elaborar políticas públicas mais acertadas e, com isso, diminuir as desigualdades apresentadas no relatório da pesquisa.

É preciso agradecer a todos os dirigentes municipais de educação que contribuíram com esta iniciativa e, de antemão, solicitar o mesmo empenho dos gestores em futuras pesquisas que possam tornar o perfil dos gastos municipais com educação uma importante informação para o planejamento das políticas públicas educacionais.

Cleuza Rodrigues Repulho
Dirigente Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/ SP
Presidenta da Undime 2011/ 2013

Carlos Eduardo Sanches
Presidente da Undime 2009/ 2011

INTRODUÇÃO

O presente relatório sistematiza as principais conclusões da pesquisa **Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009**, desenvolvida pela Undime, com o apoio da Fundação Itaú Social e do Unicef.

A pesquisa foi motivada pela constatação de que as informações disponíveis sobre os custos da educação municipal estavam imprecisas. Esta imprecisão indicava uma possível subdeclaração dos dados da educação infantil e da educação de jovens e adultos coletados pelo Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação). Os indicadores municipais construídos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) comprovavam esta preocupação. Além disso, a ausência de dados desagregados de Creche e Pré-escola dificultava o debate sobre a revisão dos fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb - Lei 11494/ 07), provocando graves prejuízos para o financiamento da rede municipal.

O primeiro capítulo do relatório discorre sobre a importância de se estabelecer padrões mínimos de qualidade para a Educação Básica, os fundamentos legais e apresenta o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação [1;2].

O segundo capítulo reúne os conceitos de custos educacionais utilizados neste relatório, estabelecendo relações com algumas importantes e recentes pesquisas sobre o tema. Também trata da utilização do custo-aluno na política de financiamento da Educação Básica, além de abordar o Siope e alguns de seus limites.

O terceiro capítulo apresenta os principais dados numéricos da pesquisa, como a amostra foi construída, destacando a metodologia aplicada, as dificuldades encontradas e o perfil da amostra.

No quarto capítulo estão os principais dados apurados pela pesquisa.

E, por fim, no último capítulo são exibidas as conclusões e as sugestões para as políticas públicas a partir dos resultados coletados.

---

[1] A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, neste relatório também denominada como Campanha, é uma rede da sociedade civil que tem por missão atuar pela efetivação e ampliação dos direitos educacionais para que todas as pessoas tenham garantido seu direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Articula mais de 200 grupos e entidades distribuídas por todo o País. Entre outras conquistas, a Campanha liderou a incidência da sociedade civil na elaboração e regulamentação do Fundeb.

[2] A Undime integra o comitê diretivo da Campanha desde novembro de 2001.

CAPÍTULO I
ESTABELECIMENTO DE PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE

A Constituição de 1988 determina que todo cidadão, independentemente do município em que resida ou em que rede escolar estude, deve ter direito a uma educação com padrão de qualidade (art. 206, inciso VII). Ao descrever as atribuições da União, no parágrafo 1° do artigo 211, estabelece que a função redistributiva e supletiva deste ente federado deve ser realizada

> de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e **padrão mínimo de qualidade** do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. (grifo nosso)

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n° 9394/ 96) dispõe, no inciso IX do seu artigo 4º, como padrão mínimo de qualidade de ensino "a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem". Para tanto, no artigo 74, a LDB estabelece que:

> Art. 74. A União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.
> Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subseqüente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01), que vigorou até dezembro de 2010, reiterou a definição de padrões mínimos de infraestrutura das escolas e de qualificação dos docentes.

Quando da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Lei 11494/ 07) o legislador teve a preocupação de prosseguir na materialização dos objetivos constitucionais e da Lei Orgânica Educacional (a LDB). Assim, uma das atribuições da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, conforme o Art. 13, é "especificar

anualmente as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica", considerando – por sugestão do movimento "Fundeb pra Valer!"[3] – o "custo real da respectiva etapa e modalidade e tipo de estabelecimento". Tal trabalho deverá ser subsidiado por estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep).

Ainda na Lei do Fundeb, em seu artigo 30 está prevista a responsabilidade de o Ministério da Educação realizar "estudos técnicos com vistas à definição do valor referencial anual por aluno que assegure padrão mínimo de qualidade do ensino".

Apesar de o cumprimento desses dispositivos da Lei do Fundeb não ter avançado, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em 5 de maio de 2010, o Parecer nº 8/ 2010, tratando dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública e estabelecendo as normas para a aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei 9394/ 96. Para tanto, o Parecer incorporou, em inédita parceria entre o CNE e uma representação da sociedade civil, o estudo do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para construir o estudo do CAQi, a Campanha desenvolveu pesquisas sobre qualidade na educação[4]; discutiu o Custo Aluno-Qualidade em oficinas[5] realizadas no período de 2002 a 2005, reunindo em intensos debates especialistas, lideranças da sociedade civil e autoridades governamentais das esferas municipal, estadual e federal; sistematizando todo o debate no livro **Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**[6], publicado em 2007.

É importante explicar que como os valores do Custo Aluno-Qualidade, por etapas e modalidades, estabelecem um patamar mínimo de qualidade de educação e não um valor médio, a Campanha optou em definir seu estudo como Custo Aluno–Qualidade Inicial (CAQi).

Como o CAQi deve contribuir para o enfrentamento dos desafios de eqüidade existentes na educação brasileira, ele é calculado em função dos diferentes níveis e

[3] O movimento "Fundeb pra Valer!" foi criado e coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e contou com intensa participação da Undime. O movimento foi decisivo nas inúmeras conquistas da sociedade civil na criação e regulamentação do Fundeb, principalmente a inclusão das matrículas em Creches no escopo de financiamento do novo Fundo e a construção do atual modelo de complementação da União aos fundos estaduais que não conseguem alcançar o custo-aluno/ano mínimo.

[4] Consulta sobre Qualidade nas Escolas (2002), realizada em PE e RS; atividade de pesquisa educativa Qualidade em Educação, Semana de Ação Mundial 2003; Consulta sobre a Qualidade na Educação Infantil (2006).

[5] Oficina 1 Qualidade e Insumos (2002), Oficina 2 Qualidade e Eqüidade (2003), Oficina 3 Metodologia de Cálculo do Custo Aluno-Qualidade (2005)

[6] Cf. CARREIRA & PINTO, 2007.

modalidades da Educação Básica e a partir dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo, assim, os fatores que mais impactam no cálculo do CAQi são: parâmetros de infraestrutura (tamanho da escola); jornada dos alunos; relação alunos/ professor; valorização dos profissionais do magistério (salário, plano de carreira e formação inicial e continuada).

Com referência à infraestrutura, no cálculo do CAQi, os custos referentes à implantação (aquisição de terreno, construção do prédio, compra de equipamentos e material permanente) são separados dos custos de manutenção.

Cabe registrar que na Conferência Nacional da Educação (Conae), o CAQi foi reivindicado e aprovado como referência para a construção da matriz de financiamento da Educação Básica para o próximo Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional.

CAPÍTULO II
CONCEITOS SOBRE CUSTOS EDUCACIONAIS

Neste relatório, não será revisada a literatura, de forma exaustiva, acerca do custo educacional. Mas é necessário enunciar os conceitos utilizados na pesquisa.

O custo educacional refere-se aos recursos ou meios utilizados para a oferta do serviço educacional, expressos em valores monetários. Quando for descrito o custo-aluno efetivamente executado pelas redes municipais estará sendo representada a totalidade das aplicações financeiras, seja aquilo que a literatura considera como custo direto (diretamente identificáveis com a unidade escolar), seja o denominado de custo indireto (atividades de suporte e de controle educacional que apoiam o conjunto de escolas).

Ao comparar o custo-aluno efetivamente realizado com o conceito de custo aluno-qualidade, anota-se que este último representa o valor, por aluno, no período de um ano, dos recursos necessários ou desejáveis para um ensino de qualidade, conforme metodologia elaborada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Este procedimento não significa que há discordância com a preocupação conceitual expressa em SALES e SILVA (2009) quando afirmam que:

> [...]numa perspectiva contábil, despesas e gastos são usualmente apresentados como sinônimos de custo, porém, numa perspectiva econômica, despesas e gastos se confundem com desembolso, e custo, ao contrário, não necessariamente existe mediante desembolso financeiro. Ou seja, custo significa todo e qualquer sacrifício feito para produzir um determinado bem ou serviço (BRASIL, 2003a). Logo, o conceito de custo é mais amplo que os conceitos de despesas ou gastos. (p. 700)

É preciso sempre lembrar que o Brasil convive com custos educacionais diferenciados, associados ao perfil de arrecadação dos estados e municípios, à quantidade de crianças e jovens atendidos em suas respectivas redes e ao quantitativo de recursos complementados pela União por meio do Fundeb, a depender do estado.

No âmbito do Fundeb, os valores encontrados anualmente em cada fundo estadual não representa a totalidade do custo educacional efetivo, visto que nem todos os recursos educacionais estão vinculados ao Fundo.

Nos municípios, os 25% dos impostos de arrecadação própria que devem ser investidos na educação não estão incorporados no Fundeb. Há, também, os 5% restantes da

cesta de impostos que compõe o Fundeb. Afora estes valores obrigatórios, existem os recursos da cota-parte do Salário-Educação e os recebidos via repasse automático ou voluntário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente aqueles referentes ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A soma de todos estes recursos (Fundeb, recursos próprios, transferências) dividida pela matrícula efetiva da rede escolar permite o cálculo do efetivo custo-aluno de cada ente federado, posteriormente sendo diferenciado por etapa e modalidade.

Em termos de esforço do governo federal para coletar, processar, disseminar e tornar público as informações referentes aos orçamentos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, cabe registrar a criação do Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), instituído pelo FNDE. O Sistema tem por objetivos "subsidiar a elaboração de políticas educacionais em todos os níveis de governo" e "produzir indicadores de eficiência e eficácia da despesa pública em educação".

Devido ao Siope, desde 2006, é possível ter uma base de dados nacional sobre a aplicação da receita vinculada à educação, de forma desagregada em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.

A implantação do Sistema favoreceu uma maior divulgação dos dados disponíveis em termos de gastos educacionais, especialmente municipais. A Portaria nº 6 de 20 de junho de 2006 tornou "condição indispensável" o preenchimento do Siope, para os entes federados receberem recursos de transferências voluntárias, também servindo como fonte de dados para o MEC/ INEP.

Não existem, ainda, muitas pesquisas sobre o custo-aluno da Educação Básica, mas algum esforço tem sido feito pelos meios acadêmicos para suprir esta deficiência.

A pesquisa intitulada "O custo-aluno no ensino fundamental público no Brasil: resultados de uma pesquisa de campo", foi apresentada em julho de 2001 por Miguel Bacic e José Carpintéro. O trabalho foi o produto de uma amostra em 103 unidades escolares de sete aglomerações urbanas metropolitanas (Goiânia, Belém, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba), abrangendo escolas estaduais e municipais.

Estes dois pesquisadores advertiam para o fato de que a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – Lei 9424/ 96 demonstrara a necessidade de definição de um custo-aluno, pois a legislação do Fundo estabelecia que a "distribuição dos recursos deveria passar a considerar a diferenciação de custo por aluno, segundo níveis de ensino e tipos de estabelecimento,

adotando-se metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações de acordo com seus diferentes componentes" (CARPINTÉRO e BACIC, 2001, p. 03).

Os autores encontraram grandes diferenças entre o custo-aluno nas regiões estudadas. E isso poderia ser explicado por diversos fatores: a) diferenças no salário docente (principal componente, no geral, do custo por aluno); b) a relação horas/docente por aluno; c) a importância do custo salarial do pessoal sem atividade em sala de aula e d) os custos de estrutura.

Um dado importante encontrado na referida pesquisa é que os salários (incluindo os encargos sociais) representam cerca de 85% deste custo, com oscilações nas diferentes regiões pesquisadas entre 79,84% e 90,18%.

Em janeiro de 2006, durante a tramitação do Fundeb, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) se consorciou com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para realizar uma pesquisa sobre o tema do custo-aluno. Coordenaram a pesquisa Eduardo Stranz (CNM), Maria Goreti Machado (UFRGS) e Nalú Farenzana (UFRGS).

A partir de um universo amostral de 700 escolas públicas municipais, distribuídas em 185 localidades, a pesquisa verificou os custos diretos de 196 escolas, distribuídas em 56 municípios de 16 estados, representando 32,4% de respostas. O relatório alerta para o fato de que as dificuldades de coleta configuraram "uma amostra não-equilibrada em termos de número proporcional de escolas por estado ou por Região".

Assim,

> As estimativas de médias nacionais, estaduais e municipais de custo-aluno/ano levantadas por essa pesquisa permitem, pois, levantar ou confirmar algumas tendências e situações, desde que balizadas pela compreensão de que está muito longe de dar conta da diversidade de oferta e de organização escolar existente no Brasil. (CNM, 2006, p. 15).

Mesmo com as ressalvas acima, o estudo chegou a algumas conclusões. Evidenciou-se significativa dispersão dos valores de custo entre os estados, entre municípios de um mesmo estado ou entre escolas de um mesmo município. Os custos médios por estado também revelam o corte regional. As ponderações dos valores de custo da Creche, da Pré-escola, do ensino fundamental/ anos finais, da EJA/ ensino fundamental e da educação especial em relação ao ensino fundamental/ anos iniciais, considerando a amostra do estudo, indicam o valor relativamente maior da Creche e da educação especial. E para os segmentos da Pré-

escola, ensino fundamental/ anos finais e EJA/ ensino fundamental, as ponderações indicam que é questionável propor ou concluir pelo estabelecimento ou ocorrência mais generalizada de pesos diferenciados.

Para os pesquisadores a diferença regional no custo educacional, mais uma vez confirmada, leva a assertiva de que:

> é a situação que demonstra o imprescindível papel da União na equalização de oportunidades educacionais, destacando-se a necessidade e a urgência de que o regime de colaboração no financiamento da educação conte com aporte significativo de recursos do governo federal a ser transferido aos estados e municípios. (CNM, 2006, p.24).

Ainda em 2006 foi desenvolvida outra pesquisa, coordenada por Luis Carlos Sales e Magna Jovita Silva, intitulada "O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano". O objetivo da pesquisa foi o de identificar o custo-aluno em 17 escolas municipais de Teresina, verificando somente o custo direto e separando a origem destes custos.

No estudo, os autores encontraram um custo direto com pessoal de 63,6%, bem inferior ao encontrado em outros trabalhos. Detectaram, também, que o Fundef cobria apenas metade do custo direto das escolas pesquisadas. A segunda fonte principal foram recursos próprios da Prefeitura, sendo pouco significativo o aporte recebido via FNDE.

CAPÍTULO III
NUMEROS DA PESQUISA, PERFIL DA AMOSTRA E DIFICULDADES

A pesquisa teve a duração de oito meses, desenvolvida de agosto de 2010 a fevereiro de 2011. O objetivo geral foi sistematizar o perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiros. Para isso foram estabelecidos quatro objetivos específicos:

1. verificar o montante investido em manutenção e desenvolvimento do ensino em municípios;
2. verificar o valor investido por aluno, na rede municipal, discriminado em Creche, Pré-escola, séries iniciais e séries finais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos;
3. identificar diferenças regionais existentes entre municípios;
4. comparar o gasto real municipal com os projetados pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial - CAQi.

Como registrada anteriormente, a necessidade de definição do real custo-aluno nas redes públicas é tarefa delegada ao governo federal em diversas disposições legais e na própria Constituição Federal de 1988, devido à capacidade técnica exigida para desenvolver esta tarefa.

Ao fazer uma pesquisa sobre o Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros, a Undime, a Fundação Itaú Social e o Unicef condicionaram o desenho da pesquisa a um plano amostral, em virtude das dimensões continentais do Brasil.

Para se construir a amostra, as bases de dados foram obtidas do Siope, fornecido pelo FNDE, e do Censo Escolar da Educação Básica do Brasil. No caso do Siope, as informações são aquelas referentes às despesas declaradas pelos gestores em 2009 e publicadas em 2010.

Os dados do Siope serviram de base para construir estratificação de municípios pelo perfil de suas despesas educacionais. No caso do Censo Escolar, foi utilizado o número de alunos, de escolas públicas municipais, matriculados por etapa e modalidade, no ano de 2008, pois são as matrículas correspondentes às despesas executadas no ano de 2009. Os dados foram fornecidos pelo Inep.

Para a estratificação explícita de interesse ao Brasil foram definidos os 26 Estados, aos quais deveriam ser alocados os elementos da amostra selecionada, como a estratificação por nível/ modalidade de ensino. Entretanto, como a utilização dessa variável na estratificação explícita faria com que a quantidade de estratos possíveis se tornasse o triplo e como alguns

estratos conteriam poucos municípios, com poucos alunos e em regiões de difícil acesso, optou-se por utilizar a variável (Unidade da Federação – UF) na estratificação implícita.

Para cada estrato – (UF), o sorteio dos municípios foi realizado utilizando amostragem proporcional ao tamanho – número de alunos (TILLÉ, 1996 e DEVILLE e TILLÉ, 1998).

Para a construção do plano amostral considerou-se o sorteio por meio de uma amostra aleatória simples sem reposição. As capitais foram selecionadas com probabilidade igual a 1, haja vista a importância e representatividade por si dentro de cada UF.

A amostra sorteada ficou composta de 1000 (mil) municípios. Os nomes dos municípios encontram-se no Anexo 1.

Antes do envio dos formulários da pesquisa foi feito um pré-teste em dez municípios, o qual teve a intenção de realizar ajustes de compreensão das questões e identificar possíveis dificuldades de preenchimento que deveriam merecer especial atenção por parte da equipe de trabalho.

Diante da logística necessária para realizar uma pesquisa *in loco* em mil municípios, distribuídos pelos 26 estados, optou-se pela confecção de um formulário para preenchimento eletrônico e a montagem de uma equipe de auxiliares de pesquisa, responsável por enviar as solicitações de preenchimento, fazer contatos telefônicos com os dirigentes municipais de educação, solucionar eventuais dúvidas e verificar as respostas enviadas.

Foram oferecidos três formatos de respostas dos formulários: o preenchimento *on-line*, com fornecimento de senha para o gestor municipal; o envio em planilha eletrônica; e por meio físico (via postal). As informações recebidas, nos dois últimos formatos, eram digitadas no sistema *on-line* para fins de registro e verificação de dados. Fruto do aprendizado do pré-teste, o formulário de pesquisa incorporou um sistema de travas. Ao inserir os dados de cada etapa ou modalidade requerida, o formulário emitia uma mensagem caso o valor ficasse abaixo do montante recebido pelo município via Fundeb no ano estudado. O gestor poderia manter ou rever a informação. É importante informar que a pesquisa não solicitou informações referentes ao custo de depreciação dos prédios públicos nem dos equipamentos neles existentes.

Durante o processo de pesquisa foram emitidas quatro cartas direcionadas aos mil dirigentes municipais da amostra, como estímulo à participação; foi solicitado apoio das seccionais da Undime; e realizados contatos telefônicos com todos os municípios, pelo menos duas vezes com cada um deles.

Após três meses de coleta, no dia 9 de novembro de 2010 foi encerrada a coleta *on-line* dos formulários, tendo sido contabilizados 321 respondentes, distribuídos por 24 estados. Este número representou 32,2% do total da amostra.

Durante o mês de novembro de 2010, a consistência dos formulários foi verificada exaustivamente. Ao final desse processo, e com a complementação de respostas nos estados do Amazonas e do Amapá que não haviam respondido durante a primeira etapa, foram confirmados 337 formulários, distribuídos por 26 estados.

Em seguida, após nova verificação de consistência, foram descartados 113 formulários. A maioria dos descartes foi devido à incompreensão do que deveria ser lançado no ensino fundamental em tempo integral ou por ausência de parte significativa de informações. Assim, foram validados, ao final de toda a análise, 224 formulários, ou seja, 22,4% do universo efetivo pesquisado.

A distribuição das respostas está demonstrada na tabela abaixo.

Tabela 1 – Municípios respondentes por Região

Região	**Amostra inicial**	**Amostra final**	**Diferença**	**Cobertura (%)**
Norte	87	18	69	20,69%
Nordeste	328	46	282	14,02%
Sudeste	290	73	217	25,17%
Sul	211	64	147	30,33%
Centro-Oeste	84	23	61	27,38%
Total	1000	224	776	22,4%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime

A quantidade de formulários respondidos e consistentes foi equivalente ao alcançado em outras pesquisas amostrais sobre custo-aluno. Porém, em alguns estados a quantidade de respostas foi insatisfatória, prejudicando o objetivo de desdobrar os resultados da pesquisa por UF. Foram obtidas respostas de 25 estados. A única exceção foi o Amapá. Destaque para o resultado abaixo da expectativa alcançado nos estados do Amazonas (8,3%), Maranhão (2,5%), Paraíba (4,8%) e Sergipe (6,6%). Os dados numéricos obtidos por UF estão descritos no Anexo 2.

Algumas das dificuldades encontradas para a realização da pesquisa referem-se à própria organização da gestão municipal e refletiram nos resultados do estudo: sistema de comunicação, acesso aos dados financeiros e contábeis da educação, gerenciamento contábil. A comunicação com os municípios é um empecilho tanto no que se refere à parte tecnológica,

quanto na atualização dos contatos. Além disso, é significativa a rotatividade dos próprios dirigentes municipais de educação, repercutindo em mudanças na estrutura organizacional da secretaria.

O fato de a Secretaria de Educação não ser a responsável pelos relatórios contábeis dos gastos educacionais dificultou, e em alguns casos até impediu, a participação de municípios na pesquisa, por não poderem acessar os dados com facilidade para responder o instrumento.

A dificuldade para acessar os dados desagregados já era prevista, visto que foi um dos pontos que motivaram a realização da pesquisa. Entretanto, os dados não estavam apenas declarados de forma agrupada no Siope e nos Balanços enviados à Secretaria do Tesouro Nacional. Eles também foram executados desta maneira no cotidiano das Secretarias de Educação, inclusive os dados de pessoal que, em muitos locais, não estão desagregados nem por etapa e nem por modalidade. Por fim, o gerenciamento contábil das Prefeituras não acompanhou as transformações ocorridas entre Fundef e Fundeb.

CAPÍTULO IV
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O desenho original da pesquisa precisou ser alterado e a possibilidade de desdobrar os dados coletados por UF foi abandonada, pois a quantidade de respostas, em alguns estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Roraima, Sergipe), não permitiu conclusões aceitáveis. Assim, para efeito de divulgação, nem todos os estados serão utilizados no presente relatório e optou-se pela desagregação por Regiões.

Outro componente da pesquisa que precisou ser abandonado foi a apreciação sobre o custo-aluno do ensino fundamental em tempo integral. Os dados coletados se mostraram inconsistentes, principalmente pela dificuldade de compreensão dos gestores sobre o quesito.

Os dados da pesquisa serão apresentados por etapa (Creche, Pré-escola, ensino fundamental séries iniciais e ensino fundamental séries finais) e por modalidade (educação de jovens e adultos). Também serão apresentados dados agrupados de educação infantil e ensino fundamental, permitindo a comparação com os números registrados no Siope.

O desdobramento máximo possível com os dados do Siope só permite apresentar valores válidos para educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

É evidente que o fato de não se conseguir que todos os municípios escolhidos na amostra respondessem de forma satisfatória o formulário da pesquisa ocasionou um crescimento da margem de erro em cada etapa ou modalidade pesquisada.

Na coleta sobre gastos em Creche e Pré-escola não houve distinção entre tempo integral e parcial. Para efeito de comparação com os dados do CAQi e com os fatores de ponderação do Fundeb, será sempre considerado o atendimento de Creche em tempo integral e a Pré-escola em tempo parcial, pois a maioria das matrículas obedece a este formato.

Como critério de confiabilidade dos dados foi estabelecido um intervalo como referência ao coeficiente de variação, conforme a tabela abaixo.

Quadro 1 – Qualificação do coeficiente de variação

Coeficiente de Variação	Status
De 0 a 0,165	Publicável
De 0,166 a 0,250	Qualificado
De 0,251 a 0,333	Restrito – uso interno
Mais de 0,334	Não publicável

Fonte: relatório: Resultados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime – ARAÚJO (2011)

Informações que estavam com Coeficientes de Variação classificados como publicável e qualificados foram aceitas e dados acima deste intervalo foram desconsiderados. Esta metodologia permitiu que fossem analisados dados relativos ao Brasil e em termos regionais (com exceção de Creche e educação de jovens e adultos da Região Norte).

Para garantir total transparência e permitir a apreciação de suas conclusões pela sociedade, este relatório publica em todas as suas tabelas não somente os valores apurados, mas também o erro padrão e o coeficiente de variação.

Antes de descrever os resultados encontrados pela pesquisa, é necessário apresentar os valores por aluno coletados pelo Siope em 2009 e válidos para o Brasil.

Tabela 2 – Valor por aluno registrados no Siope – Brasil 2009

Etapa ou modalidade	**Custo per capita (R$)**
Educação Infantil	2.195,40
Ensino Fundamental	3.047,00
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	140,10

Fonte: Banco de dados Siope 2009 (FNDE). Tabulação própria

A primeira evidência apurada pela pesquisa foi o valor por aluno por etapa e modalidade estudadas. As informações encontradas válidas para o Brasil estão demonstradas na Tabela abaixo.

Tabela 3 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais – Brasil 2009

Etapa ou modalidade	**Custo per capita (R$)**	**Erro padrão (R$)**	**Coeficiente de Variação**
Creche	5.144,09	1.087,09	.21
Pré-Escola	2.647,10	262,44	.10
Educação Infantil	3.122,36	383,93	.12
Fundamental Inicial	2.815,46	183,04	.07
Fundamental Final	3.134,38	270,42	.09
Ensino Fundamental	2.937,65	214,31	.07
EJA	1.881,95	266,20	.14

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime

Para facilitar a comparação dos resultados da pesquisa com os dados do Siope foram agregados os dados de educação infantil e ensino fundamental. Estes dados agregados representam valores médios da totalidade dos recursos declarados pelos municípios, divididos pela respectiva matrícula.

A distribuição desigual das matrículas de Creche, estando concentrada nas Regiões Sul e Sudeste, permitiu encontrar valores médios bem maiores do que o verificado quando se agrega seus dados com os de Pré-escola, estes com distribuição mais equilibrada entre as Regiões.

Também foi possível desdobrar esta informação por Região. Abaixo é apresentada a tabela relativa a cada uma das Regiões. Apenas as informações sobre "Creche" e "educação de jovens e adultos" da Região Norte não foram aceitas, por estarem acima da margem de segurança estabelecida. No anexo deste Relatório são apresentados os dados de cada Região com o respectivo erro padrão e coeficiente de variação.

Tabela 4 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais por Região 2009

Etapa/ modalidade	**Brasil (R$)**	**Norte (R$)**	**Nordeste (R$)**	**Centro-Oeste (R$)**	**Sudeste (R$)**	**Sul (R$)**
Creche	5.144,09	*	1.876,89	3.092,80	8.272,43	5.835,42
Pré-Escola	2.647,10	1.710,27	1.531,56	2.384,12	3.757,21	4.461,54
Educação Infantil	3.122,36	1.801,53	1.605,48	2.563,07	4.971,26	4.688,83
Séries Iniciais	2.815,46	2.554,90	1.948,80	3.048,21	3.649,11	3.586,73
Séries Finais	3.134,38	2.998,45	2.276,16	3.000,04	4.322,81	3.673,78
Ensino Fundamental	2.937,65	2.676,69	2.034,89	2.987,51	3.897,77	3.582,99
EJA	1.881,95	*	1.075,83	2.417,91	2.778,52	2.369,89

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime

A pesquisa confirmou a existência de forte desigualdade entre as Regiões. O valor médio encontrado em Creche no Nordeste representa apenas 36,5% da média nacional. Por outro lado, o valor encontrado no Sudeste é 4,4 vezes maior do que o praticado no Nordeste e 1,6 maior do que a média nacional. Mesmo no ensino fundamental, que possui uma base redistributiva, via política de fundos há 15 anos, a diferença entre Sudeste e Nordeste é de quase duas vezes (1,91).

Utilizando as séries iniciais do ensino fundamental como indexador, a pesquisa identificou as diferenças reais médias entre as etapas e modalidades. Destaque para a diferenciação de 1,83 de Creche para as séries iniciais e o valor de 0,67 encontrado na relação entre educação de jovens e adultos e o indexador.

Tabela 5 – Fatores de ponderação identificados pela pesquisa – Brasil 2009

Etapa/ Modalidade	Valor (R$)	Ponderação
Creche	5.144,09	1,83
Pré-escola	2.647,10	0,94
Educação Infantil	3.122,36	1,11
Séries Iniciais	2.815,46	1
Séries Finais	3.134,38	1,11
Ensino Fundamental	2.937,65	1,04
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	1.881,95	0,67

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime

Comparando os resultados da pesquisa com os valores médios nacionais registrados pelos municípios junto ao Siope, foi possível comprovar a existência de significativa distorção entre as duas declarações. Há fortes evidências de que ocorreu no Siope uma declaração a maior no ensino fundamental em detrimento da educação infantil e da educação de jovens e adultos.

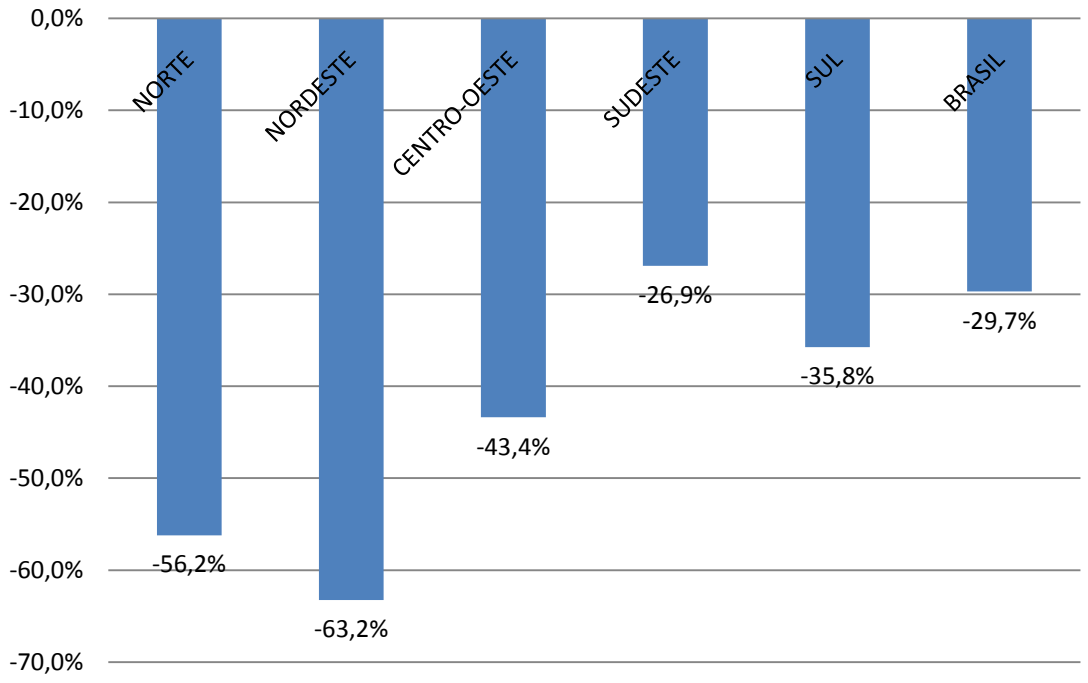
Tabela 6 – Diferença entre dados da Pesquisa Undime e o Siope – Brasil 2009

Fonte	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação de Jovens e Adultos
Pesquisa Undime (R$)	3.122,40	2.937,70	1.882,00
Siope (R$)	2.195,40	3.047,00	140,10
Diferença nos valores (R$)	927,00	-109,40	1.741,90
Diferença percentual (%)	-29,7%	3,7%	-92,6%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime. Banco de dados Siope 2009 (FNDE). Tabulação própria

Os valores declarados junto ao Siope na educação infantil são 29,7% menores do que os valores encontrados pela pesquisa, sendo que este percentual se apresenta de forma bastante diferenciada entre as Regiões. Os resultados da Região Sul e Sudeste estão menos distorcidos. Nas Regiões Norte e Nordeste a situação se inverte.

Gráfico 1 - Diferença entre Pesquisa Undime e o Siope - Educação Infantil - Brasil 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime. Banco de dados Siope 2009 (FNDE). Tabulação própria

A hipótese mais provável para esta diferenciação regional é que nas Regiões com menos estrutura profissionalizada de gestão educacional, em que as declarações ao Siope são majoritariamente realizadas por escritórios de contabilidade e sem o acompanhamento devido dos gestores educacionais, o fenômeno de não desagregar os custos da educação infantil do ensino fundamental se manifeste com mais intensidade.

Nos dados declarados ao Siope, com referência aos gastos com educação de jovens e adultos a distorção é grande, demonstrando dificuldade dos gestores da educação e da área de finanças dos municípios em separar os gastos desta modalidade daqueles realizados no ensino fundamental. Assim como acontece na educação infantil, a folha de pagamento é de difícil separação, pois os professores do ensino fundamental complementam suas jornadas com a docência na EJA.

Considerando esta característica como explicação para a baixa declaração de gastos em EJA, é razoável considerar que os dados encontrados pela presente pesquisa também podem, em alguma medida, estar subdimensionados.

Um componente importante do debate sobre políticas de redistribuição de recursos educacionais é acerca da justeza dos percentuais dos fatores de ponderação aplicados no Fundeb. A presente pesquisa permite comparar os fatores aplicados em 2009 pelo Fundo e aqueles efetivamente realizados.

Tabela 7 – Diferença entre fatores de ponderação – Brasil 2009

Etapa e Modalidade	Pesquisa Undime	Fundeb 2009	Fundeb 2011
Creche	1,83	1,1	1,2
Pré-Escola	0,94	1,0	1
Séries Iniciais	1	1	1
Séries Finais	1,11	1,1	1,1
EJA	0,67	0,8	0,8

Fonte: Portaria Ministério da Educação, nº 932 de 30/ 7/ 2008. Portaria Ministério da Educação, nº 873 de 1º/ 7/ 2010. Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Como dito anteriormente, a pesquisa não coletou dados diferenciados entre tempo integral e parcial na Pré-escola e Creche. Por isso, para realizar as comparações foi estabelecido que os dados de Creche fossem compatíveis aos de Creche em tempo integral e os dados de Pré-escola fossem compatíveis com os de tempo parcial.

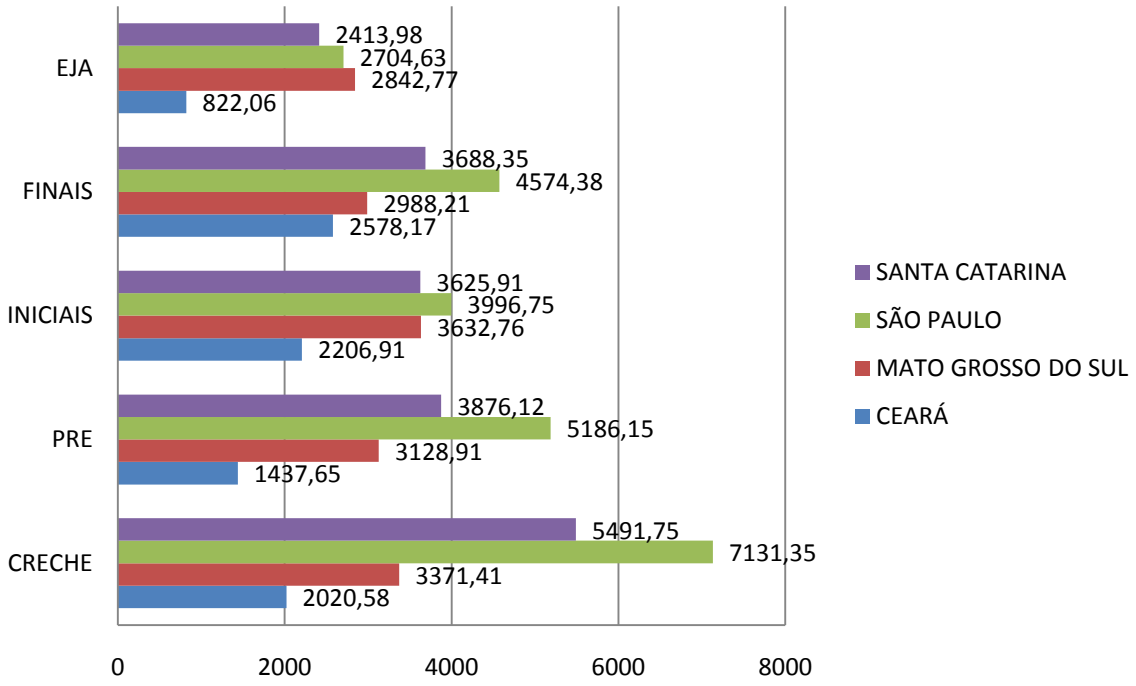
A diferenciação aplicada para as matrículas de Creche pelo Fundeb representou apenas 60,1% do custo real verificado pela pesquisa. No caso da Pré-escola, o valor repassado representou 85,1% do efetivado. Somente o valor da educação de jovens e adultos se mostrou acima do efetivado (19% acima).

A diferenciação aplicada em 2011 diminui a distância apurada pela pesquisa, tornando equilibrada a remuneração da Pré-escola e diminuindo a defasagem da Creche (65,6% do valor), mas ainda representa um ajuste pouco efetivo diante dos dados detectados pela pesquisa.

Já foi registrado que não foi possível desdobrar a pesquisa, como regra, em cada UF. Contudo, em alguns estados os dados são confiáveis. Com isso, é possível comparar a diferenciação do valor por aluno em pelo menos quatro Regiões, sendo a exceção a Região Norte.

Foram selecionados, pelo grau de confiabilidade de seus dados, quatro estados representativos (Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Ceará) de cada uma das Regiões. Pelos motivos descritos anteriormente não foi possível selecionar nenhum estado da Região Norte. A diferenciação regional é bastante significativa, como pode ser verificado na tabela abaixo.

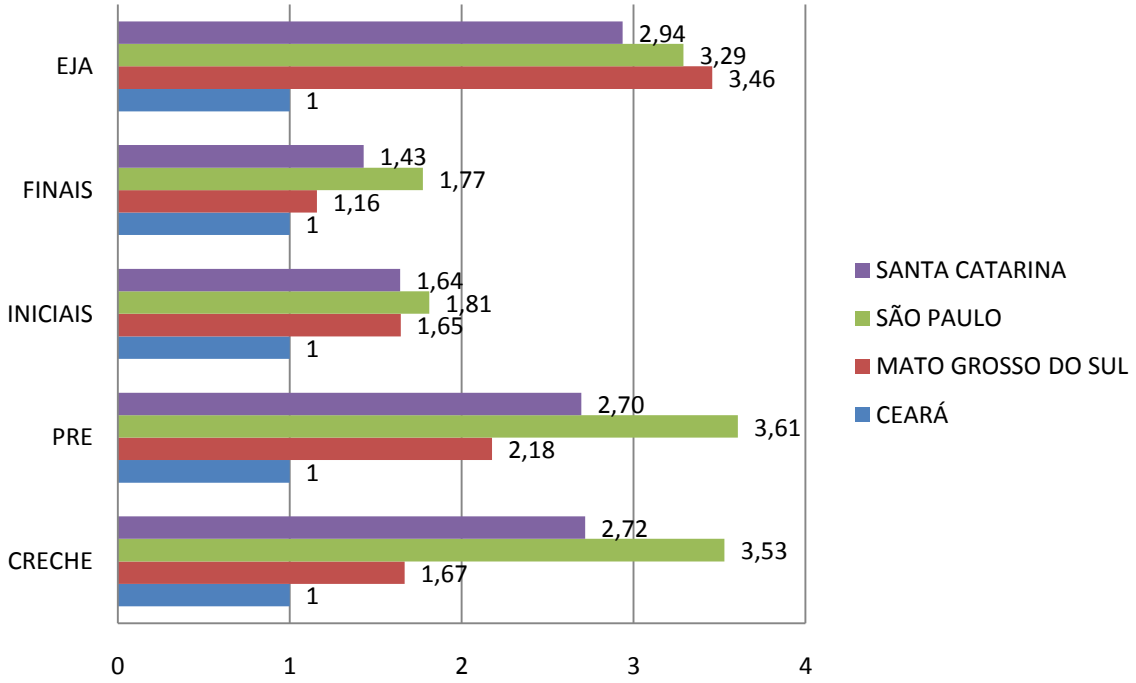
Gráfico 2 – Diferença entre valor por aluno em estados selecionados – 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Considerando o Ceará como indexador, estado que faz parte do conjunto de estados contemplados pela complementação da União ao Fundeb, é possível comparar as distâncias existentes entre as Regiões.

Gráfico 3 – Diferença percentual do custo-aluno em estados selecionados – 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Uma comparação interessante de ser feita é entre os dados de diferenciação regional encontrados pela pesquisa e aqueles descritos pelos valores do Fundeb. Esta comparação mostra que a existência de recursos próprios nos municípios de Santa Catarina (e provavelmente nos demais estados da Região Sul) e em São Paulo (e provavelmente nos demais estados da Região Sudeste) é determinante para manter uma diferenciação mais elevada no atendimento de Creche em relação ao Ceará (e provavelmente nos demais estados da Região Nordeste).

Tabela 8 – Distância percentual entre valores por aluno de Creche em estados selecionados – Fundeb versus Pesquisa – 2009

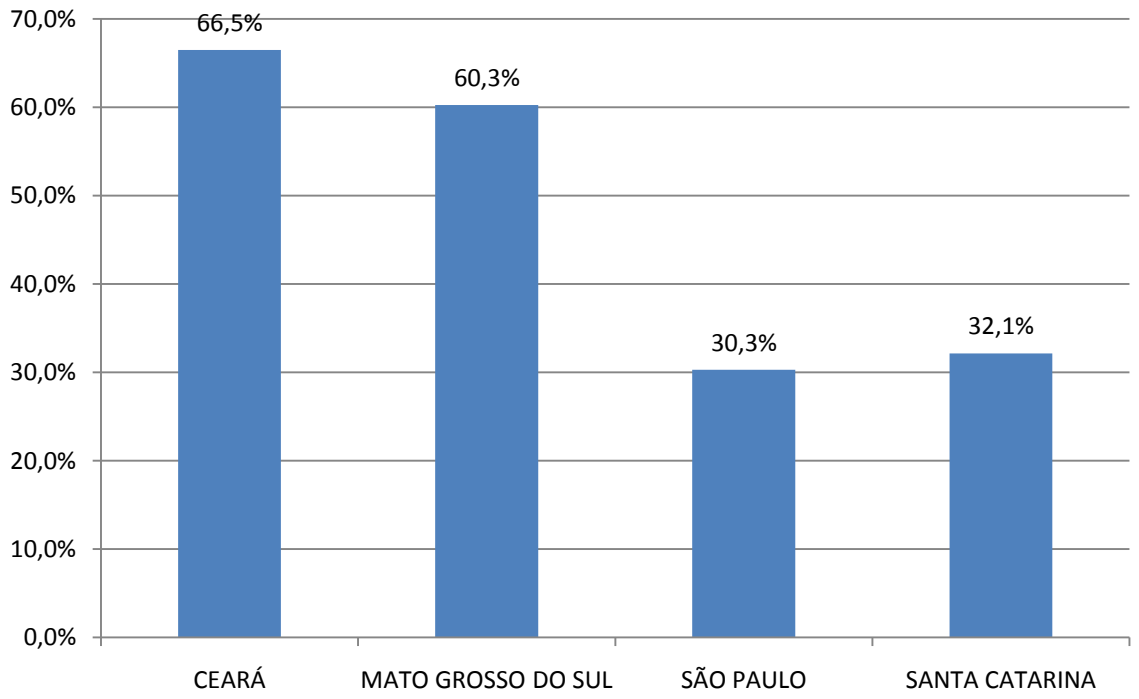
Estados selecionados	Fundeb 2009	Pesquisa Undime
Ceará	1	1
Mato Grosso do Sul	1,51	1,67
São Paulo	1,61	3,53
Santa Catarina	1,31	2,72

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Enquanto a distância entre o valor por aluno em Creche de São Paulo, estado mais rico em termos de arrecadação, e o valor do Ceará representou 1,61 no Fundeb, a pesquisa demonstrou que esta distância foi de 3,53. Em relação à Santa Catarina a diferença é entre 1,31 e 2,72, respectivamente.

Um caminho para comprovar a afirmação de que os recursos próprios existentes nas Regiões Sul e Sudeste explicam esta diferença é comparar o quanto dos recursos aplicados efetivamente em 2009 foram cobertos pelos valores repassados pelo Fundeb.

Gráfico 4 – Percentual de cobertura do Fundeb dos valores efetivados em Creche nos estados selecionados – 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Quanto menor for o montante de recursos próprios disponível, maior a participação do Fundeb no financiamento das matrículas municipais - no caso exemplificado - no atendimento em Creche.

Esta característica reforça a informação da desigualdade regional nos valores por aluno em Creche, fato relatado anteriormente. Ou seja, estados das Regiões com menor capacidade de geração de recursos próprios ou de outras fontes adicionais de financiamento educacional conviverão com valores por aluno inferiores às demais Regiões. Esta

característica da desigualdade regional mostra que os avanços de equalização realizados pela política de fundos devem ser relativizados.

Números semelhantes foram encontrados nas demais etapas e modalidades, com destaque para o fato de que as matrículas de Pré-escola no Ceará são 85% financiadas por recursos do Fundo.

Por fim, foram realizadas comparações entre os dados encontrados na pesquisa e os valores propostos pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Neste caso a comparação foi feita entre os valores nominais de 2009 do CAQi, na sua versão registrada no Parecer nº 8/ 2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e os dados coletados na Região Nordeste.

Este procedimento é coerente com o conceito de CAQ inicial, ou seja, padrão mínimo de qualidade que todo cidadão brasileiro deve ter disponível. Sendo assim, cabe comparar os seus valores não com a média nacional e sim com a Região mais representativa da desigualdade da oferta dos insumos educacionais. O desenho original era comparar o CAQi com os dados dos nove estados contemplados com a complementação do Fundeb. Entretanto, a insuficiência dos dados do Amazonas e do Pará possibilitou apenas a comparação com a Região Nordeste, a qual possui sete estados contemplados complementação.

Os valores calculados pelo Parecer possuem duas diferenças que devem ser ressaltadas antes da realização da comparação. O CAQi introduz importante distinção entre valores para matrículas urbanas e rurais, dado não analisado pela presente pesquisa, por isso a comparação feita entre "séries iniciais" da pesquisa e "séries iniciais urbanas" do CAQi deve ser lida com as devidas ressalvas. O CAQi também não apresenta valores para a educação de jovens e adultos.[7]

Tabela 9 – Comparação entre Região Nordeste e Parecer CAQi – 2009

Etapa e Modalidade	**Pesq Undime (A) (R$)**	**Parecer CAQi (B) (R$)**	**Diferença (A/ B) (%)**
Creche	1.876,89	6.450,70	29,1%
Pré-Escola	1.531,56	2.527,76	60,6%
Séries Iniciais	1.948,80	2.396,44	81,3%
Séries Finais	2.276,16	2.347,20	97%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime. Parecer nº 8/ 2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

[7] O estudo do CAQi confere tratamento isonômico ao estudante da modalidade de EJA, ou seja, ele recebe o valor do CAQi idêntico ao da etapa que cursa.

A comparação realizada confirma as afirmações sobre a desigualdade regional. Na Região Nordeste os municípios aplicaram em 2009, no atendimento em Creche, apenas 29,1% do que seria necessário para estabelecer um padrão mínimo de qualidade no formato proposto pelo CAQi. Na Pré-escola o esforço dos municípios nordestinos alcançou 60,6%.

O dado encontrado pela Pesquisa na Região Nordeste para as séries iniciais e finais é próximo dos valores do CAQi, mas este resultado está associado à impossibilidade de aplicar a diferenciação feita pelo Parecer do CNE entre matrículas urbanas e rurais. Enquanto o valor das séries iniciais urbanas do CAQi representa 14,3% do PIB per capita, o valor para as matrículas rurais é de 26,9%.

Por fim, considerando que o CAQi é indexado pelo PIB per capita e 2009 (ano base do presente estudo) foi um ano de baixo crescimento econômico, decorrente da crise econômica mundial, estima-se que a distância entre o valor mínimo determinado por este indicador e o investimento realizado nas Regiões Nordeste e Norte do país tenham aumentado nos anos seguintes.

CAPÍTULO V
CONCLUSÃO E SUGESTÕES

A forma como os orçamentos públicos estão organizados nos municípios não tornam as informações coletadas totalmente confiáveis quando os dados precisam ser desagregados por etapas e modalidades.

A pesquisa confirmou a importância de que os dados orçamentários e financeiros dos municípios possuam níveis maiores de desagregação. É necessário que as despesas de pessoal, custeio e capital sejam lançadas nas etapas correspondentes. Esta necessidade deve estar presente também no formato da coleta nacional destas informações.

Aliás, a experiência de relação do governo federal com os municípios tem provas suficientes da capacidade indutiva dos programas federais na mudança de comportamento municipal, inclusive na área contábil. As exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal são exemplares desta capacidade.

Passados cinco anos de vigência do Fundeb muito pouco foi alterado na sistematização das informações educacionais. Os recursos públicos do Fundo são calculados e redistribuídos tendo como referência um conjunto bastante detalhado de etapas, modalidades e características da prestação do serviço educacional, mas os orçamentos não sofreram incidência deste formato.

A dificuldade em desagregar os dados por etapa e modalidade é uma das explicações encontradas para as distorções registradas nos dados declarados junto ao Siope. Nos contatos com os dirigentes municipais de educação notou-se que o preenchimento dos dados junto ao Siope foi feito, em regra, por contadores e/ ou setor de finanças das prefeituras, profissionais que não estão envolvidos com a temática educacional e, consequentemente, não percebem as implicações desse procedimento para o planejamento educacional.

Um componente identificado pela pesquisa é que as distorções são maiores se o gestor da educação não possuir controle sobre os gastos de sua área. Não apenas a declaração ao Siope é feita por escritórios de contabilidade, mas também não há controle prático sobre os gastos que efetivamente são registrados nos balanços contábeis como realizados para manutenção e desenvolvimento da educação.

Apesar de determinadas despesas não precisarem ser efetuadas de maneira desagregada, este fato não impede que sejam construídos indicadores que demonstrem o

quantitativo destinado a cada etapa ou modalidade que está embutido em uma compra mais geral.

Como conseqüência do exposto, não é adequado apresentar dados de valor por aluno tendo por base as informações coletadas pelo Siope. Sem uma alteração no formato da declaração solicitada aos municípios e sem uma verificação da consistência destas informações, a divulgação de tais indicadores só estimulará conclusões equivocadas sobre o gasto realizado por etapa e modalidade.

Além disso, os fatores de ponderação instituídos para redistribuir os recursos do Fundeb apresentam grande distorção com referência à remuneração das matrículas de Creche em tempo integral, mas estão dentro de um intervalo de confiança para as demais etapas. A determinação legal de que a variação dos fatores de ponderação não ultrapasse 30% se mostrou irreal e injusta.

Assim, é possível afirmar que o Fundeb conseguiu ser eficiente na redução da desigualdade entre os valores por aluno via aumento da complementação da União para os fundos estaduais com menor capacidade de arrecadação. Porém, o Fundo não foi suficiente para diminuir a desigualdade efetiva entre as Regiões, pois a existência de recursos próprios concentrados nos estados das Regiões mais ricas permite a manutenção de significativas diferenças de valor por aluno destas em relação aos estados de Regiões mais pobres.

Finalmente, concluiu-se que a oferta de educação infantil da Região Nordeste se encontra muito distante de um padrão mínimo de qualidade, utilizando como parâmetro os valores propostos pelo Parecer da CEB/CNE nº 8/ 2010. Esta constatação aumenta a necessidade do estabelecimento de um regime de colaboração entre os entes federados. Além disso, para dar concretude ao que estabelece o Parecer, e fortalecer o instrumento do CAQi, é imprescindível a sua homologação em Resolução.

A desigualdade regional foi constatada pela pesquisa. E seus efeitos perversos são mais evidentes na oferta da educação infantil, etapa em que as distâncias entre Sul/ Sudeste versus Norte/ Nordeste são mais evidentes.

A presente pesquisa permite a formulação de algumas sugestões, seja para os gestores educacionais, seja para os pesquisadores da área, a saber:

- realização de novas versões desse esforço de investigação nacional do perfil do custo-aluno, produzindo uma série histórica e incluindo as redes estaduais;
- aperfeiçoamento do Siope. Este sistema representou um avanço importante na obtenção de dados atualizados na área educacional, porém precisa ser aprimorado. Um

caminho para a obtenção de dados mais confiáveis é aperfeiçoá-lo por meio da exigência da declaração dos dados de forma desagregada, ou seja, em formato próximo do que é utilizado pelo Fundeb. Tal medida induzirá, de imediato, adequações contábeis nos orçamentos municipais e estaduais;

- a terceira sugestão ainda diz respeito ao aperfeiçoamento do Siope. Mesmo que as informações sejam solicitadas de forma desagregada duas outras providências se fazem necessárias. A primeira é que efetivamente o respondente seja o gestor educacional. A segunda é garantir que os mecanismos sejam capazes de realizar uma crítica de consistência dos dados declarados, recorrendo inclusive a uma periódica verificação *in loco* dos dados de maneira amostral;
- revisão dos fatores de ponderação do Fundeb, inclusive com a necessária alteração do sistema de balizas previsto na legislação regulamentadora;
- criação de mecanismos indutores do cumprimento do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases, garantindo que os dirigentes estaduais e municipais de educação se tornem efetivamente gestores plenos dos recursos educacionais. Associado a esta medida é necessário também ampliar os investimentos federais direcionados à elevação da capacidade técnica dos gestores municipais;
- homologação do parecer CEB/ CNE nº 8/ 2010, com possíveis aperfeiçoamentos a serem negociados entre o MEC, a Undime, o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), a CNTE (Confederação dos Trabalhadores em Educação) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. **Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

BRASIL. **Lei 11.494 de 20 de junho de 2007**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010, aprovado em 5 de maio de 2010**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866

Carpintéro, José e Bacic, Miguel. **O custo-aluno no ensino fundamental público no Brasil: resultados de uma pesquisa de campo**. Universidade de Leon, julho de 2001.

Carreira, Denise e Pinto, José Marcelino. **Custo Aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. Global Editora / Campanha Nacional pelo Direito à Educação. São Paulo, 2007.

Confederação Nacional dos Municípios. **Um estudo do custo por aluno em escolas municipais brasileiras – relatório de pesquisa**. Disponível em http://www.cnm.org.br. Janeiro de 2008.

Sales, Luis Carlos e Silva, Magna Jovita. **O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano**. Ensaio Avaliação Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, p. 695-718, out/dez, 2009.

ANEXO 1 – Lista dos Municípios da amostra

AC CAPIXABA
AC CRUZEIRO DO SUL
AC EPITACIOLANDIA
AC RIO BRANCO
AC TARAUACA
AL ARAPIRACA
AL COITE DO NOIA
AL IBATEGUARA
AL IGACI
AL IGREJA NOVA
AL JEQUIA DA PRAIA
AL LIMOEIRO DE ANADIA
AL MACEIO
AL MARAGOGI
AL MARIBONDO
AL MATRIZ DE CAMARAGIBE
AL MESSIAS
AL PENEDO
AL PORTO CALVO
AL RIO LARGO
AL SAO MIGUEL DOS MILAGRES
AL SAO SEBASTIAO
AL TEOTONIO VILELA
AL VICOSA
AM BERURI
AM BOCA DO ACRE
AM CODAJAS
AM FONTE BOA
AM GUAJARA
AM LABREA
AM MANAUS
AM MANICORE
AM MARAA
AM PARINTINS
AM SANTO ANTONIO DO ICA
AM SAO GABRIEL DA CACHOEIRA
AP CALCOENE
AP MACAPA
AP PORTO GRANDE
AP VITORIA DO JARI
BA ABAIRA
BA ANAGE
BA ARATACA
BA BAIANOPOLIS
BA BARRA DO CHOCA
BA BOA VISTA DO TUPIM
BA BOM JESUS DA LAPA
BA BOM JESUS DA SERRA
BA BUERAREMA
BA CABACEIRAS DO PARAGUACU
BA CAMACAN
BA CAMACARI
BA CANARANA
BA CANAVIEIRAS
BA CANDEIAS
BA CANSANCAO
BA CASA NOVA
BA CICERO DANTAS
BA COARACI
BA CONTENDAS DO SINCORA
BA CORACAO DE MARIA
BA CORONEL JOAO SA
BA CORRENTINA
BA DIAS D'AVILA
BA ENTRE RIOS
BA FEIRA DE SANTANA
BA GOVERNADOR MANGABEIRA
BA GUANAMBI
BA IBITIARA
BA IGUAI
BA IPIAU
BA IPIRA
BA IRAQUARA
BA ITABUNA
BA ITAMARAJU
BA ITANAGRA
BA ITIUBA
BA IUIU
BA JEQUIE
BA JIQUIRICA
BA JUAZEIRO
BA LAJE
BA LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA
BA LUIS EDUARDO MAGALHAES
BA MACARANI
BA MACAUBAS
BA MARACAS
BA MASCOTE
BA MATA DE SAO JOAO
BA MEDEIROS NETO
BA MORRO DO CHAPEU
BA NOVA IBIA
BA NOVA REDENCAO
BA NOVA VICOSA
BA PAULO AFONSO
BA PINDAI
BA PORTO SEGURO
BA PRESIDENTE JANIO QUADROS
BA QUIJINGUE
BA RIO DO ANTONIO
BA RIO REAL
BA SALVADOR
BA SANTA CRUZ DA VITORIA
BA SANTA MARIA DA VITORIA
BA SANTALUZ
BA SANTANA
BA SAO JOSE DO JACUIPE
BA SAUDE
BA SEABRA
BA SIMOES FILHO
BA TEIXEIRA DE FREITAS
BA UAUA
BA VERA CRUZ
BA VITORIA DA CONQUISTA
BA WAGNER
CE ARACATI
CE ARACOIABA
CE BARREIRA
CE BATURITE
CE CAPISTRANO
CE CARIDADE
CE CARIRIACU
CE CASCAVEL
CE CAUCAIA
CE FORTALEZA
CE GRANJA
CE IBICUITINGA
CE ICO
CE INDEPENDENCIA
CE ITAREMA
CE JAGUARETAMA
CE LIMOEIRO DO NORTE
CE MARACANAU
CE NOVO ORIENTE
CE PACAJUS
CE PARAMBU
CE PARAMOTI
CE PENAFORTE
CE PENTECOSTE
CE QUIXADA
CE REDENCAO
CE RUSSAS
CE SAO BENEDITO
CE SAO GONCALO DO AMARANTE
CE TAMBORIL
CE TAUA
CE TEJUCUOCA
CE TRAIRI

CE URUOCA
ES APIACA
ES BAIXO GUANDU
ES CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ES CARIACICA
ES ECOPORANGA
ES FUNDAO
ES GUARAPARI
ES IRUPI
ES LINHARES
ES NOVA VENECIA
ES SERRA
ES VARGEM ALTA
ES VILA VALERIO
ES VILA VELHA
ES VITORIA
GO AGUAS LINDAS DE GOIAS
GO AMARALINA
GO ANAPOLIS
GO APARECIDA DE GOIANIA
GO CACHOEIRA DOURADA
GO CAMPESTRE DE GOIAS
GO CAMPINORTE
GO CATALAO
GO CHAPADAO DO CEU
GO CIDADE OCIDENTAL
GO FIRMINOPOLIS
GO GAMELEIRA DE GOIAS
GO GOIANIA
GO GOIATUBA
GO HIDROLANDIA
GO ITAJA
GO ITAPACI
GO JARAGUA
GO JATAI
GO LUZIANIA
GO MAURILANDIA
GO MINEIROS
GO MONTE ALEGRE DE GOIAS
GO MONTIVIDIU
GO MUTUNOPOLIS
GO NIQUELANDIA
GO NOVO BRASIL
GO ORIZONA
GO PETROLINA DE GOIAS
GO PIRACANJUBA
GO PLANALTINA
GO PORANGATU
GO RIANAPOLIS
GO RIO VERDE
GO SANTA TEREZA DE GOIAS
GO SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO
GO SAO JOAO DA PARAUNA
GO SENADOR CANEDO
GO SILVANIA
GO URUTAI
GO VALPARAISO DE GOIAS
GO VICENTINOPOLIS
GO VILA BOA
MA ACAILANDIA
MA ANAPURUS
MA BERNARDO DO MEARIM
MA BOM JESUS DAS SELVAS
MA CENTRO NOVO DO MARANHAO
MA CODO
MA COLINAS
MA ESTREITO
MA GOVERNADOR LUIZ ROCHA
MA GOVERNADOR NUNES FREIRE
MA HUMBERTO DE CAMPOS
MA IMPERATRIZ
MA ITAIPAVA DO GRAJAU
MA ITAPECURU MIRIM
MA LAGO DA PEDRA
MA LAGOA GRANDE DO MARANHAO
MA MIRANDA DO NORTE
MA MORROS
MA NOVA OLINDA DO MARANHAO
MA PARAIBANO
MA PARNARAMA
MA PASSAGEM FRANCA
MA PRESIDENTE MEDICI
MA RAPOSA
MA SANTA HELENA
MA SANTA QUITERIA DO MARANHAO
MA SAO BENEDITO DO RIO PRETO
MA SAO DOMINGOS DO MARANHAO
MA SAO FELIX DE BALSAS
MA SAO JOAO BATISTA
MA SAO JOSE DE RIBAMAR
MA SAO LUIS
MA SENADOR ALEXANDRE COSTA
MA SITIO NOVO
MA TRIZIDELA DO VALE
MA TURIACU
MA TUTOIA
MA VILA NOVA DOS MARTIRIOS
MA VITORINO FREIRE
MG ABADIA DOS DOURADOS
MG AIURUOCA
MG ARACAI
MG ARCOS
MG ARGIRITA
MG BAEPENDI
MG BARAO DE COCAIS
MG BARAO DE MONTE ALTO
MG BELO HORIZONTE
MG BETIM
MG BICAS
MG BOCAINA DE MINAS
MG BONFINOPOLIS DE MINAS
MG BOTUMIRIM
MG BRASILIA DE MINAS
MG BRUMADINHO
MG BURITIS
MG CACHOEIRA DE MINAS
MG CACHOEIRA DE PAJEU
MG CAMBUI
MG CAMBUQUIRA
MG CAMPO BELO
MG CAPITOLIO
MG CARANDAI
MG CAREACU
MG CARMO DA CACHOEIRA
MG CARNEIRINHO
MG CATAGUASES
MG CATUJI
MG CENTRALINA
MG CHACARA
MG CHAPADA DO NORTE
MG CIPOTANEA
MG CLAUDIO
MG CONCEICAO DA APARECIDA
MG CONCEICAO DO RIO VERDE
MG CONEGO MARINHO
MG CONGONHAS DO NORTE
MG CONSELHEIRO LAFAIETE
MG CONTAGEM
MG CORACAO DE JESUS
MG CORINTO
MG COROMANDEL
MG CURRAL DE DENTRO

MG DIVINO DAS LARANJEIRAS
MG DOM CAVATI
MG DORES DO INDAIA
MG DORESOPOLIS
MG ELOI MENDES
MG ENGENHEIRO NAVARRO
MG ERVALIA
MG ESMERALDAS
MG ESPERA FELIZ
MG FERVEDOURO
MG FORMIGA
MG FORMOSO
MG GAMELEIRAS
MG GOVERNADOR VALADARES
MG GUARARA
MG GUAXUPE
MG IBIA
MG IBIRITE
MG IGARAPE
MG ITACARAMBI
MG ITAMARANDIBA
MG ITAMOGI
MG ITANHOMI
MG ITAPECERICA
MG ITUIUTABA
MG JACUI
MG JAMPRUCA
MG JOAO MONLEVADE
MG JUIZ DE FORA
MG JURAMENTO
MG LAGOA GRANDE
MG LAGOA SANTA
MG LAVRAS
MG LEME DO PRADO
MG LIMA DUARTE
MG MACHADO
MG MADRE DE DEUS DE MINAS
MG MANGA
MG MAR DE ESPANHA
MG MARTINHO CAMPOS
MG MATHIAS LOBATO
MG MONTE AZUL
MG MONTE SANTO DE MINAS
MG MONTES CLAROS
MG MURIAE
MG NANUQUE
MG NATERCIA
MG NAZARENO
MG NINHEIRA
MG NOVA ERA
MG NOVA LIMA
MG NOVA MODICA
MG NOVO ORIENTE DE MINAS
MG ORATORIOS
MG OURO FINO
MG OURO PRETO
MG PAPAGAIOS
MG PARACATU
MG PASSOS
MG PATROCINIO
MG PECANHA
MG PEDRA BONITA
MG PEDRAS DE MARIA DA CRUZ
MG PEQUI
MG PIEDADE DE PONTE NOVA
MG PIRAPORA
MG POCOS DE CALDAS
MG PONTE NOVA
MG PORTEIRINHA
MG POUSO ALEGRE
MG PRATAPOLIS
MG PRESIDENTE BERNARDES
MG PRESIDENTE KUBITSCHEK
MG PRUDENTE DE MORAIS
MG RESPLENDOR
MG RIBEIRAO DAS NEVES
MG RIO CASCA
MG SABARA
MG SANTA MARGARIDA
MG SANTA RITA DE CALDAS
MG SANTANA DE PIRAPAMA
MG SANTANA DO MANHUACU
MG SANTO ANTONIO DO AMPARO
MG SANTO ANTONIO DO RETIRO
MG SANTOS DUMONT
MG SAO GONCALO DO PARA
MG SAO JOAO DA LAGOA
MG SAO JOAO DEL REI
MG SAO JOAO NEPOMUCENO
MG SAO JOAQUIM DE BICAS
MG SAPUCAI-MIRIM
MG SARZEDO
MG SENADOR AMARAL
MG SENADOR FIRMINO
MG SERICITA
MG SETE LAGOAS
MG TIMOTEO
MG TIRADENTES
MG TRES MARIAS
MG TRES PONTAS
MG TUPACIGUARA
MG UBERABA
MG UBERLANDIA
MG VARZEA DA PALMA
MG VARZELANDIA
MG VICOSA
MG VIRGINOPOLIS
MS ALCINOPOLIS
MS AMAMBAI
MS CAMPO GRANDE
MS CASSILANDIA
MS CHAPADAO DO SUL
MS CORUMBA
MS DOURADOS
MS GLORIA DE DOURADOS
MS JARDIM
MS JATEI
MS NAVIRAI
MS PARANAIBA
MS PARANHOS
MS RIO BRILHANTE
MS TRES LAGOAS
MT APIACAS
MT ARENAPOLIS
MT CACERES
MT CANABRAVA DO NORTE
MT CANARANA
MT CHAPADA DOS GUIMARAES
MT COCALINHO
MT COLIDER
MT COMODORO
MT CONFRESA
MT CUIABA
MT JACIARA
MT LUCAS DO RIO VERDE
MT NOVA LACERDA
MT NOVA MUTUM
MT NOVA SANTA HELENA
MT PARANAITA
MT PARANATINGA
MT PRIMAVERA DO LESTE
MT RIBEIRAO CASCALHEIRA
MT RONDONOPOLIS
MT SAPEZAL
MT SINOP
MT SORRISO
MT TANGARA DA SERRA
MT VARZEA GRANDE
MT VERA
PA ACARA
PA ALTAMIRA
PA ANANINDEUA
PA AUGUSTO CORREA
PA BAIAO

PA BELEM
PA BENEVIDES
PA BRAGANCA
PA CAMETA
PA CURIONOPOLIS
PA CURUA
PA IPIXUNA DO PARA
PA ITAITUBA
PA MARABA
PA MARITUBA
PA MOJU
PA NOVO PROGRESSO
PA ORIXIMINA
PA PARAGOMINAS
PA PICARRA
PA PORTEL
PA SANTA BARBARA DO PARA
PA SANTAREM
PA TAILANDIA
PA TRACUATEUA
PA TUCURUI
PB ALAGOA NOVA
PB ALAGOINHA
PB ARACAGI
PB ARARUNA
PB BARRA DE SANTA ROSA
PB BAYEUX
PB BOQUEIRAO
PB CACIMBA DE AREIA
PB CACIMBA DE DENTRO
PB CAJAZEIRAS
PB CAMPINA GRANDE
PB CURRAL DE CIMA
PB ESPERANCA
PB GADO BRAVO
PB IMACULADA
PB JACARAU
PB JOAO PESSOA
PB LAGOA SECA
PB LIVRAMENTO
PB LUCENA
PB MARIZOPOLIS
PB MATINHAS
PB NATUBA
PB PATOS
PB PICUI
PB PILAR
PB PRATA
PB PUXINANA
PB QUEIMADAS
PB SANTA CRUZ
PB SANTA RITA
PB SAO BENTINHO
PB SAO DOMINGOS DE POMBAL
PB SAO JOAO DO RIO DO PEIXE
PB SAO JOSE DE CAIANA
PB SAO MIGUEL DE TAIPU
PB SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA
PB SAO VICENTE DO SERIDO
PB SAPE
PB SOSSEGO
PB TAPEROA
PE ABREU E LIMA
PE AMARAJI
PE ARARIPINA
PE BETANIA
PE CANHOTINHO
PE CARPINA
PE CARUARU
PE CORTES
PE CUPIRA
PE ESCADA
PE GARANHUNS
PE IGARASSU
PE IPUBI
PE JABOATAO DOS GUARARAPES
PE JUPI
PE JUREMA
PE LAGOA DO ITAENGA
PE LAGOA DOS GATOS
PE MANARI
PE NAZARE DA MATA
PE OLINDA
PE PANELAS
PE PAUDALHO
PE PEDRA
PE PETROLINA
PE QUIXABA
PE RECIFE
PE SALGUEIRO
PE SAO BENTO DO UNA
PE SAO CAITANO
PE SAO JOAO
PE TRIUNFO
PE VERTENTES
PE VITORIA DE SANTO ANTAO
PI AGUA BRANCA
PI ALTOS
PI ASSUNCAO DO PIAUI
PI BARRAS
PI BATALHA
PI BELEM DO PIAUI
PI BURITI DOS MONTES
PI CAMPINAS DO PIAUI
PI CAMPO MAIOR
PI CANAVIEIRA
PI CANTO DO BURITI
PI CASTELO DO PIAUI
PI COIVARAS
PI CORONEL JOSE DIAS
PI CORRENTE
PI CURRALINHOS
PI ESPERANTINA
PI FLORIANO
PI GUADALUPE
PI LUZILANDIA
PI MARCOLANDIA
PI MILTON BRANDAO
PI NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS
PI OLHO D AGUA DO PIAUI
PI PALMEIRA DO PIAUI
PI PARNAIBA
PI PICOS
PI PIO IX
PI PIRIPIRI
PI PORTO ALEGRE DO PIAUI
PI REDENCAO DO GURGUEIA
PI RIO GRANDE DO PIAUI
PI SANTA ROSA DO PIAUI
PI SANTANA DO PIAUI
PI SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI
PI SAO FRANCISCO DO PIAUI
PI SAO GONCALO DO GURGUEIA
PI SAO JOSE DO PEIXE
PI SAO JULIAO
PI TERESINA
PI UNIAO
PR APUCARANA
PR ARAPONGAS
PR ARAPUA
PR BANDEIRANTES
PR BARRACAO
PR BOA ESPERANCA
PR BOCAIUVA DO SUL
PR BOM SUCESSO DO SUL
PR CAMPO LARGO
PR CANDOI
PR CASCAVEL
PR CASTRO
PR CENTENARIO DO SUL
PR CHOPINZINHO
PR CIANORTE
PR CLEVELANDIA
PR COLOMBO
PR CORBELIA
PR CORUMBATAI DO SUL
PR CURITIBA
PR ENGENHEIRO BELTRAO

PR FOZ DO IGUACU
PR FRANCISCO BELTRAO
PR GENERAL CARNEIRO
PR GOIOXIM
PR GUARATUBA
PR IBIPORA
PR INACIO MARTINS
PR ITAPEJARA D'OESTE
PR JAGUAPITA
PR JARDIM ALEGRE
PR JURANDA
PR JUSSARA
PR LARANJAL
PR LONDRINA
PR MANDAGUARI
PR MARECHAL CANDIDO RONDON
PR MARINGA
PR MARIOPOLIS
PR MATINHOS
PR MEDIANEIRA
PR MIRASELVA
PR MISSAL
PR MOREIRA SALES
PR MUNHOZ DE MELO
PR NOVA FATIMA
PR ORTIGUEIRA
PR OURIZONA
PR PARANAGUA
PR PARANAVAI
PR PATO BRANCO
PR PINHAIS
PR PIRAI DO SUL
PR PLANALTINA DO PARANA
PR PONTA GROSSA
PR PRUDENTOPOLIS
PR RIO BRANCO DO SUL
PR RIO NEGRO
PR ROSARIO DO IVAI
PR SANTA TEREZA DO OESTE
PR SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
PR SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
PR SAO JOAO DO TRIUNFO
PR SAO JOSE DOS PINHAIS
PR SAO MATEUS DO SUL
PR SARANDI
PR TERRA ROXA
PR TOLEDO
PR TRES BARRAS DO PARANA
PR UBIRATA
PR UNIAO DA VITORIA
PR WENCESLAU BRAZ
RJ BARRA MANSA
RJ CASIMIRO DE ABREU
RJ ITABORAI
RJ ITAGUAI
RJ ITATIAIA
RJ MACAE
RJ MAGE
RJ MARICA
RJ MENDES
RJ MESQUITA
RJ NOVA IGUACU
RJ PETROPOLIS
RJ RESENDE
RJ RIO DE JANEIRO
RJ SAO JOAO DE MERITI
RJ SAQUAREMA
RJ SEROPEDICA
RJ TERESOPOLIS
RN ACARI
RN ALEXANDRIA
RN ANTONIO MARTINS
RN APODI
RN BARAUNA
RN CANGUARETAMA
RN CARNAUBAIS
RN CURRAIS NOVOS
RN DOUTOR SEVERIANO
RN FERNANDO PEDROZA
RN JANDAIRA
RN JOAO CAMARA
RN LAJES
RN LUIS GOMES
RN MACAIBA
RN MAXARANGUAPE
RN MONTANHAS
RN MOSSORO
RN NATAL
RN NOVA CRUZ
RN PARNAMIRIM
RN PEDRO VELHO
RN PRESIDENTE JUSCELINO
RN RIO DO FOGO
RN SAO BENTO DO TRAIRI
RN SAO GONCALO DO AMARANTE
RN SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO
RN SAO MIGUEL
RN SENADOR GEORGINO AVELINO
RN TOUROS
RN TRIUNFO POTIGUAR
RN VARZEA
RO ALVORADA D'OESTE
RO ARIQUEMES
RO CACOAL
RO JARU
RO NOVA BRASILANDIA D'OESTE
RO PIMENTA BUENO
RO PORTO VELHO
RO SAO FELIPE D OESTE
RO SAO MIGUEL DO GUAPORE
RO VILHENA
RR AMAJARI
RR BOA VISTA
RR CARACARAI
RR CAROEBE
RS ACEGUA
RS ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL
RS ALTO ALEGRE
RS ALTO FELIZ
RS ALVORADA
RS ARROIO DO PADRE
RS ARROIO DO TIGRE
RS BAGE
RS BARAO DO TRIUNFO
RS BARRA DO RIO AZUL
RS BARRA FUNDA
RS BARROS CASSAL
RS BOA VISTA DO INCRA
RS BOM JESUS
RS BUTIA
RS CACAPAVA DO SUL
RS CAMARGO
RS CANGUCU
RS CANOAS
RS CAPAO BONITO DO SUL
RS CAPAO DA CANOA
RS CAPELA DE SANTANA
RS CAXIAS DO SUL
RS CENTENARIO
RS CERRO BRANCO
RS CERRO LARGO
RS CHAPADA
RS CHARQUEADAS
RS CRUZ ALTA
RS DOIS IRMAOS
RS ELDORADO DO SUL
RS ENGENHO VELHO
RS ENTRE-IJUIS
RS ERVAL SECO
RS ESTACAO
RS ESTANCIA VELHA
RS ESTEIO
RS FLORES DA CUNHA
RS FREDERICO WESTPHALEN
RS GAURAMA
RS GENTIL
RS GETULIO VARGAS
RS GRAMADO
RS GRAMADO DOS LOUREIROS
RS GUAIBA

RS IGREJINHA
RS ITAARA
RS IVOTI
RS LAJEADO DO BUGRE
RS MARCELINO RAMOS
RS MULITERNO
RS NOVA BRESCIA
RS NOVO HAMBURGO
RS PAIM FILHO
RS PALMARES DO SUL
RS PAROBE
RS PASSO FUNDO
RS PELOTAS
RS PIRAPO
RS PORTO ALEGRE
RS PORTO VERA CRUZ
RS QUEVEDOS
RS RESTINGA SECA
RS SANTA MARIA
RS SANTA VITORIA DO PALMAR
RS SANTANA DO LIVRAMENTO
RS SANTO ANTONIO DA PATRULHA
RS SANTO AUGUSTO
RS SAO FRANCISCO DE PAULA
RS SAO LEOPOLDO
RS SAO MARTINHO
RS SAO VICENTE DO SUL
RS SAPIRANGA
RS SOBRADINHO
RS TAQUARA
RS TERRA DE AREIA
RS TOROPI
RS TRINDADE DO SUL
RS TUPANCIRETA
RS TUPANDI
RS URUGUAIANA
RS VACARIA
RS VALE DO SOL
RS VENANCIO AIRES
RS VIAMAO
RS VILA LANGARO
RS WESTFALIA
SC AGRONOMICA
SC ALFREDO WAGNER
SC ARARANGUA
SC BALNEARIO ARROIO DO SILVA
SC BALNEARIO CAMBORIU
SC BLUMENAU
SC BRACO DO NORTE
SC CACADOR
SC CALMON
SC CAMPO ALEGRE
SC CAPAO ALTO
SC CHAPECO
SC CONCORDIA
SC CORUPA
SC CRICIUMA
SC FLORIANOPOLIS
SC GARUVA
SC GASPAR
SC GUABIRUBA
SC ICARA
SC INDAIAL
SC IRANI
SC IRATI
SC IRINEOPOLIS
SC ITAJAI
SC ITAPEMA
SC JARAGUA DO SUL
SC JOINVILLE
SC LAGUNA
SC LUIZ ALVES
SC LUZERNA
SC MACIEIRA
SC MARAVILHA
SC NAVEGANTES
SC OURO VERDE
SC PALHOCA
SC PENHA
SC RIO DOS CEDROS
SC RIO NEGRINHO
SC SAO BENTO DO SUL
SC SAO JOSE
SC SAO MIGUEL DO OESTE
SC SAO PEDRO DE ALCANTARA
SC SERRA ALTA
SC SIDEROPOLIS
SC TAIO
SC TIJUCAS
SC TIMBE DO SUL
SC TUBARAO
SC URUPEMA
SC XAXIM
SC ZORTEA
SE ARACAJU
SE ARAUA
SE BOQUIM
SE CANINDE DE SAO FRANCISCO
SE ESTANCIA
SE ITAPORANGA D'AJUDA
SE LAGARTO
SE LARANJEIRAS
SE MARUIM
SE MOITA BONITA
SE MONTE ALEGRE DE SERGIPE
SE NOSSA SENHORA DA GLORIA
SE PINHAO
SE POCO REDONDO
SE TOBIAS BARRETO
SP ALUMINIO
SP AMERICANA
SP ANGATUBA
SP APIAI
SP ATIBAIA
SP BARUERI
SP CAMPINAS
SP CAMPOS DO JORDAO
SP CARAPICUIBA
SP CATANDUVA
SP CEDRAL
SP CERQUILHO
SP CLEMENTINA
SP CONCHAL
SP COSMOPOLIS
SP COTIA
SP CRAVINHOS
SP CRUZALIA
SP CUBATAO
SP EMBAUBA
SP EMBU
SP FRANCISCO MORATO
SP FRANCO DA ROCHA
SP GUARARAPES
SP GUARIBA
SP GUARUJA
SP GUARULHOS
SP IACANGA
SP IGUAPE
SP ILHA COMPRIDA
SP INDAIATUBA
SP IPORANGA
SP IRAPURU
SP ITAPECERICA DA SERRA
SP ITAPETININGA
SP ITAPEVA
SP ITAPIRA
SP ITAQUAQUECETUBA
SP ITARARE
SP ITATIBA
SP JACAREI
SP JANDIRA
SP LENCOIS PAULISTA
SP LIMEIRA
SP LOUVEIRA
SP MAIRINQUE
SP MAIRIPORA
SP MARABA PAULISTA
SP MARILIA
SP MAUA
SP MOGI DAS CRUZES
SP MONTE AZUL PAULISTA
SP MONTE MOR
SP ONDA VERDE
SP OSASCO
SP OUROESTE
SP PANORAMA

SP PATROCINIO PAULISTA
SP PEDERNEIRAS
SP PEDRO DE TOLEDO
SP PENAPOLIS
SP PIEDADE
SP PINDAMONHANGABA
SP PIQUEROBI
SP PIRACICABA
SP PORTO FERREIRA
SP PRATANIA
SP PRESIDENTE BERNARDES
SP PRESIDENTE EPITACIO
SP PRESIDENTE PRUDENTE
SP REGENTE FEIJO
SP REGISTRO
SP RIBEIRAO PIRES
SP RIBEIRAO PRETO
SP SALTO
SP SANTA ADELIA
SP SANTANA DE PARNAIBA
SP SANTO ANDRE
SP SANTO ANTONIO DE POSSE
SP SANTO ANTONIO DO ARACANGUA
SP SANTOS
SP SAO BERNARDO DO CAMPO
SP SAO CAETANO DO SUL
SP SAO JOSE DO RIO PARDO
SP SAO JOSE DO RIO PRETO
SP SAO MANUEL
SP SAO PAULO
SP SAO ROQUE
SP SAO VICENTE
SP SEVERINIA
SP SOROCABA
SP SUMARE
SP SUZANO
SP TABOAO DA SERRA
SP TAQUARITINGA
SP TORRINHA
SP TUIUTI
SP UBATUBA
SP UCHOA
SP VARZEA PAULISTA
SP VERA CRUZ
SP VOTORANTIM
SP VOTUPORANGA
TO ABREULANDIA
TO ANANAS
TO ARAGUAINA
TO ARAGUANA
TO AXIXA DO TOCANTINS
TO BERNARDO SAYAO
TO CACHOEIRINHA
TO CENTENARIO
TO COUTO DE MAGALHAES
TO DUERE
TO GOIATINS
TO GUARAI
TO GURUPI
TO ITACAJA
TO JAU DO TOCANTINS
TO LIZARDA
TO MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
TO MAURILANDIA DO TOCANTINS
TO MONTE SANTO DO TOCANTINS
TO PALMAS
TO PARANA
TO PORTO ALEGRE DO TOCANTINS
TO PORTO NACIONAL
TO SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS
TO SITIO NOVO DO TOCANTINS
TO WANDERLANDIA

ANEXO 2 – Amostra inicial e final da pesquisa

UF	Amostra Inicial	Amostra Final	Diferença	Cobertura Amostra Final (%)
RO	10	4	6	40,00%
AC	5	1	4	20,00%
AM	12	1	11	8,33%
RR	4	2	2	50,00%
PA	26	4	22	15,38%
AP	4	0	4	0,00%
TO	26	6	20	23,08%
MA	39	1	38	2,56%
PI	40	4	36	10,00%
CE	34	11	23	32,35%
RN	31	4	27	12,90%
PB	41	2	39	4,88%
PE	34	6	28	17,65%
AL	19	4	15	21,05%
SE	15	1	14	6,67%
BA	75	13	62	17,33%
MG	151	29	122	19,21%
ES	15	4	11	26,67%
RJ	18	9	9	50,00%
SP	106	31	75	29,25%
PR	72	21	51	29,17%
SC	52	26	26	50,00%
RS	87	17	70	19,54%
MS	15	7	8	46,67%
MT	26	3	23	11,54%
GO	43	13	30	30,23%
Total	1000	224	776	22,40%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Anexo 3 – Estimativa por Região

Tabela 1 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Norte 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R$)	Erro padrão (R$)	Coeficiente de variação
Creche	*	*	*
Pré-Escola	1.710,27	328,79	,19
Educação Infantil	1.801,53	277,13	,15
Fundamental Inicial	2.554,90	471,12	,18
Fundamental Final	2.998,45	297,41	,10
Ensino Fundamental	2.676,69	419,29	,16
EJA	*	*	*

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Tabela 2 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Nordeste 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R$)	Erro padrão (R$)	Coeficiente de variação
Creche	1.876,89	225,61	,12
Pré-Escola	1.531,56	194,82	,13
Educação Infantil	1.605,48	152,08	,09
Fundamental Inicial	1.948,80	182,80	,09
Fundamental Final	2.276,16	204,78	,09
Ensino Fundamental	2.034,89	183,32	,09
EJA	1.075,83	153,20	,14

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Tabela 3 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Centro-Oeste 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R$)	Erro padrão (R$)	Coeficiente de variação
Creche	3.092,80	323,95	,10
Pré-Escola	2.384,12	452,87	,19
Educação Infantil	2.563,07	395,42	,15
Fundamental Inicial	3.048,21	384,17	,13
Fundamental Final	3.000,04	120,34	,04
Ensino Fundamental	2.987,51	248,81	,08
EJA	2.417,91	497,76	,21

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Tabela 4 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Sudeste 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R$)	Erro padrão (R$)	Coeficiente de variação
Creche	8.272,43	1.372,93	,17
Pré-Escola	3.757,21	462,22	,12
Educação Infantil	4.971,26	302,86	,06
Fundamental Inicial	3.649,11	186,54	,05
Fundamental Final	4.322,81	278,35	,06
Ensino Fundamental	3.897,77	213,73	,05
EJA	2.778,52	306,59	,11

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Tabela 5 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Sul 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R$)	Erro padrão (R$)	Coeficiente de variação
Creche	5.835,42	909,96	,16
Pré-Escola	4.461,54	1.006,32	,23
Educação Infantil	4.688,83	524,74	,11
Fundamental Inicial	3.586,73	344,77	,10
Fundamental Final	3.673,78	263,84	,07
Ensino Fundamental	3.582,99	334,68	,09
EJA	2.369,89	395,00	,17

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

ANEXO 4 – Texto de apresentação da pesquisa

Senhor (a) Dirigente,

Um dos principais debates ocorridos na Conae foi o financiamento da Educação Básica. Dentre as suas deliberações se encontra a proposta de rediscussão dos fatores de ponderação que redistribuem os recursos do Fundeb, pois a Conferência considerou que o formato atual não corresponde ao custo real por aluno em cada etapa e modalidade.

A Undime comunga deste diagnóstico e todos os dirigentes municipais de educação vivenciam os efeitos da distorção da repartição de recursos do Fundeb, em que a educação infantil é a mais prejudicada.

Hoje em dia está disponível uma importante ferramenta de pesquisa para identificar qual o valor por aluno efetivamente realizado em cada município brasileiro: o Siope - sistema em que são depositadas informações de receita e despesa educacionais.

Contudo, da forma como são prestadas as informações pelos municípios não é possível ter segurança sobre o valor por aluno por etapa encontrado. Isso acontece pela existência de distorções na forma de lançamento contábil dos dados, na maioria das vezes agrupados indevidamente no ensino fundamental, mesmo quando são efetivamente gastos da educação infantil.

Além disso, os orçamentos municipais também não estão desmembrados da mesma forma que o recurso é distribuído pelo Fundeb.

A Undime, em parceria com a Fundação Itaú Social e o Unicef, está realizando uma pesquisa nacional para identificar o gasto real na esfera municipal nas principais etapas e modalidades. O objetivo é contribuir com o desafio de aprimorar os dados declarados pelos municípios, trabalhando com os dados disponíveis, verificando os dados em sua fonte primária (as secretarias municipais), analisando o perfil do gasto municipal e determinando o valor por aluno municipal da Educação Básica.

A Undime pretende encontrar o gasto real de Creche, Pré-escola, séries iniciais e finais do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos.

Para que esse objetivo seja alcançado é fundamental o seu apoio, garantindo que o formulário da pesquisa seja preenchido da maneira mais próxima da realidade dos gastos do seu município.

Para facilitar o fornecimento das informações necessárias, há três formatos de participação do dirigente municipal:

1º. preenchimento pelo Portal da Undime: para acessar o sistema da pesquisa, acesse a página http://www.undime.org/pesquisaperfil/

Seu nome de usuário é [ ]

Sua senha é [ ]

2º. preenchimento de planilha em:

http://www.undime.org/pesquisaperfil/planilha_respostas.xls

Após obter o arquivo, a planilha deve ser completada e encaminhada para pesquisa@undime.org.br.

3º. preenchimento de planilha impressa: o documento anexo deve ser encaminhado para o seguinte endereço:

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

Pesquisa sobre Perfil dos Gastos Educacionais

SCS Quadra 6 - Edifício Carioca - Sala 612

Brasília – Distrito Federal

CEP: 70306-000

O prazo para devolução dos formulários foi prorrogado para o dia 15 de outubro de 2010, em qualquer um dos formatos. É muito importante que seja designado um servidor de sua Secretaria para o preenchimento do material. Para solucionar quaisquer dúvidas com o preenchimento do formulário, no período da pesquisa o contato poderá ser feito pelo endereço eletrônico: pesquisa@undime.org.br e pelos seguintes telefones:

61 3323-6855

61 3226-3509

61 3323-6684

61 3321-0642

61 3223-9643

61 3323-1355

A Undime utilizará as informações declaradas exclusivamente para o objeto da presente pesquisa.

Uma observação importante. Para evitar uma subdeclaração dos dados nas etapas e modalidades a Undime decidiu utilizar, como parâmetro mínimo de gasto, o valor que foi

repassado para cada município via o Fundeb no ano de 2009, para as etapas e modalidades pesquisadas. Assim, caso no lançamento dos dados de seu município algum valor total fique abaixo dos números informados a seguir, recomenda-se verificar se não existe algum problema.

Valores recebidos em 2009:

Creche - [ ]

Pré-escola – [ ]

Séries Iniciais – [ ]

Séries Finais – [ ]

Educação integral - [ ]

Educação de Jovens e Adultos - [ ]

A sua participação é decisiva para o sucesso desta pesquisa, contribuindo para que a Undime possa, em melhores condições, negociar com os governos estaduais e o futuro governo federal a revisão dos fatores de ponderação de distribuição dos recursos do Fundeb.

Atenciosamente,

CARLOS EDUARDO SANCHES
Dirigente Municipal de Educação de Castro/ PR
Presidente da Undime

ANEXO 5 – Instrumento de pesquisa

1 - Atualizar dados

Inicialmente solicitamos que sejam confirmados os dados de identificação da Secretaria Municipal de Educação, medida que visa a atualizar o cadastro que a Undime possui e também facilitar a verificação dos dados no decorrer da pesquisa.

Somente inicie o preenchimento das planilhas da pesquisa após ter confirmado os seus dados cadastrais.

Secretaria de Educação	
Nome do secretário de educação	
Endereço eletrônico secretaria	
CNPJ da secretaria de educação (Somente os números)	
CEP da secretaria de educação (Somente os números)	
Endereço da secretaria de educação	
Bairro	
Complemento	
Deseja informar alguma observação? (opcional)	

2 - Preencher as planilhas

São três planilhas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Cada planilha é composta por vários campos. Nestes espaços deverão ser lançados os valores anuais aplicados em cada uma das rubricas orçamentárias indicadas.

Porém, diferentemente das declarações fornecidas pela contabilidade da Prefeitura, a pesquisa solicita que os dados sejam desmembrados pelas etapas citadas acima.

Isso quer dizer que a Secretaria, caso não o faça, precisará dividir os gastos. Exemplo disso é o gasto com pessoal da educação infantil, que precisa ser lançado em Creche e Pré-escola, não somente o valor da folha, mas também os encargos patronais efetuados.

3 - Cuidar com o declarado

Cada Secretaria utiliza recursos oriundos do Fundeb, do percentual das transferências constitucionais não vinculadas ao fundo e dos recursos próprios para arcar com as despesas cotidianas. Apesar de o Fundeb repartir os recursos por meio do número de alunos matriculados no censo do ano anterior, não existe exigência legal para que a totalidade destes recursos seja utilizada exatamente naquela etapa ou modalidade.

Porém, é razoável supor que os gastos finais sejam próximos ou superiores aos valores recebidos, especialmente na educação infantil. Por isso, caso o valor declarado no total de

gasto em cada etapa investigada nesta pesquisa seja inferior ao montante recebido via o Fundeb, aparecerá uma mensagem perguntando se o respondente confirma a informação.

EDUCAÇÃO INFANTIL			
	CRECHE	**PRÉ-ESCOLA**	**TOTAL**
Pessoal civil	-	-	-
Obrigações patronais	-	-	-
Outras despesas variáveis com pessoal	-	-	-
Subtotal	-	-	-
Material de Consumo	-	-	-
Outros serviços e encargos	-	-	-
Subvenções sociais	-	-	-
Alimentação escolar	-	-	-
Transporte escolar	-	-	-
Subtotal	-	-	-
Obras e instalações	-	-	-
Equipamento e material permanente	-	-	-
Subtotal	-	-	-
TOTAL	-	-	-

ENSINO FUNDAMENTAL				
	SÉRIES INICIAIS	**SÉRIES FINAIS**	**INTEGRAL**	**TOTAL**
Pessoal civil	-	-	-	-
Obrigações patronais	-	-	-	-
Outras despesas variáveis com pessoal	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
Material de consumo	-	-	-	-
Outros serviços e encargos	-	-	-	-
Subvenções sociais	-	-	-	-
Alimentação escolar	-	-	-	-
Transporte escolar	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
Obras e instalações	-	-	-	-
Equipamento e material permanente	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
	EJA
Pessoal civil	-
Obrigações patronais	-
Outras despesas variáveis com pessoal	-
Subtotal	-
Material de consumo	-
Outros serviços e encargos	-
Subvenções sociais	-
Alimentação escolar	-
Transporte	-
Subtotal	-
Obras e instalações	-
Equipamento e material permanente.	-
Subtotal	-
TOTAL	-

4 - Dúvidas

A Undime contará com uma equipe de pesquisadores para retirar qualquer dúvida que apareça durante o preenchimento das planilhas. Isso poderá ser feito por meio eletrônico (undimenacional@undime.org.br) ou telefônico (61 3037 7888).